



PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO  
REGIONAIS INTEGRADOS

4º TERMO DE REFERÊNCIA





711.409815209 J  
8273187  
854  
FJ00200

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS INTEGRADOS

4º TERMO DE REFERÊNCIA

OUTUBRO/1983

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Gerson Camata*

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

*Orlando Caliman*

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

*Manoel Rodrigues Martins Filho*

## ÍNDICE

## PÁGINA

## APRESENTAÇÃO

1. UMA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS INTEGRADOS (PDRI's) .....	6
2. PROPOSTAS DE TRABALHO .....	10
2.1. REGIÃO-PROGRAMA I (VITÓRIA) .....	11
2.2. PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PEDI).	17

## APRESENTAÇÃO

Tendo em vista a presente entrega dos *Relatórios Preliminares* das Regiões-Programas III e IV (Nova Venécia e Linhares), depara-se com a necessidade de concluir o processo, em curso, de levantamento e análise da realidade regional do Estado do Espírito Santo, colocando-se, ao mesmo tempo, a importância de uma redefinição no convênio celebrado entre o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (GERES) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), vinculado à elaboração dos Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados, no sentido de readequá-lo às condições concretas que hoje limitam a possível efetivação de um processo contínuo de planejamento regional no Estado do Espírito Santo.

Com a conclusão desses 2 (dois) *Relatórios Preliminares*, completa-se a tarefa de elaboração dos Estudos Básicos para 4 (quatro) das 5 (cinco) Regiões-Programas do Espírito Santo, uma vez que já foram entregues ao GERES os relatórios referentes às Regiões-Programas V e II (Cachoeiro de Itapemirim e Colatina), respectivamente em junho/82 e janeiro/83.

Durante o período de vigência do citado convênio, problemas de ordem institucional e metodológica afetaram o cumprimento do cronograma proposto, onde se destacam o rearranjo do IJSN em função das alterações ocorridas no Sistema Estadual de Planejamento e o atraso na complementação da equipe de trabalho, além dos percalços pelos quais esta passou frente à tarefa de redefinição metodológica e sua instrumentalização. Entretanto, também foram elaborados, nesse mesmo período, 1 (um) Plano Operativo de Curto Prazo para a Região-Programa V (Cachoeiro de Itapemirim), relatórios regionais sintetizados a partir dos diagnósticos de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, e uma série de relatórios municipais, sub-produto que não consta no convênio, ao que se deve incorporar o expressivo avanço obtido na metodologia e prática de pesquisa ao nível do planejamento regional.

Nesse sentido, no momento do esgotamento do referido convênio, procura-se esboçar uma estratégia que propicie a sua continuidade, na qual se coloca uma proposta de trabalho que na realidade se divide em duas:

- a) Elaboração do diagnóstico da Região-Programa I (Vitória), onde se incluiria um tratamento específico das articulações da aglomeração urbana da Grande Vitória com a Região em destaque e demais Regiões-Programas do Estado;
- b) Elaboração de um estudo convergente de todas as Regiões-Programas, com o estabelecimento de uma regionalização econômica estadual e a consequente formulação de políticas e linhas gerais de ação para cada região específica.

Dessa forma, este documento começa com uma avaliação do desenrolar efetivo dessa singular experiência de planejamento regional apoiada pelo GERES, onde se considera as perspectivas para um trabalho dessa natureza, chegando-se a propor algumas correções na estratégia inicialmente adotada, à luz da atual conjuntura sócio-econômica e política.

Na segunda parte, procura-se apresentar e detalhar as propostas de trabalho, sendo que cada uma aparece acompanhada de uma listagem das despesas a serem efetuadas, de um cronograma de trabalho, das fontes e cronograma de desembolso, além da equipe de trabalho.

## 1. UMA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS INTEGRADOS (PDRI's)

---

No 1º termo de referência (maio/81), em que o IJSN propunha ao GERES a elaboração dos Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados (PDRI's), situava-se o planejamento regional na estrutura do poder público estadual, identificando-se enquanto uma de suas funções, a de proporcionar uma maior integração entre os órgãos envolvidos na execução das políticas de intervenção estatal.

Naquele momento, colocava-se como causa principal da não viabilização dos planos governamentais, os problemas de ordem política e institucional que se manifestavam, de forma mais evidente, através da não articulação inter-órgãos estaduais setoriais e inter-níveis de governo (federal, estadual, municipal).

Nesse sentido, os PDRI's visavam uma compatibilização dos objetivos e ações dos vários órgãos setoriais na área de abrangência do desenvolvimento regional. Para tanto, o trabalho se subdiviria nas fases de elaboração dos Estudos Básicos e do Plano, propriamente dito.

Acontece que novamente não se efetivou, na prática, a faceta planejamento de um trabalho dessa natureza. A experiência resultante da elaboração do Plano Operativo de Curto Prazo para a Região-Programa V (Cachoeiro de Itapemirim), demonstrou que Planos de Desenvolvimento Integrados não podem ser efetivados sem um real comprometimento dos órgãos envolvidos em sua execução, o que implica num necessário trabalho de coordenação por parte do Governo do Estado, e seu órgão competente (COPLAN), o qual pressupõe uma ação conjunta aos órgãos federais com atuação no Espírito Santo.

Por outro lado, a atual escassez de recursos ligados a fontes extra-orçamentários do Governo Federal, também constitui-se em fator determinante do fracasso do Plano Operativo de Cachoeiro de Itapemirim que, apesar de conter uma série de proposições para uma intervenção integrada, não re



sultou em qualquer aplicação de recursos, sendo finalmente *engavetado*.

O mesmo fim não tiveram os relatórios de levantamento e análise da realidade, elaborados na fase de Estudos Básicos dos PDRI's. Os relatórios regionais de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina (Regiões-Programas V e II) tiveram uma aceitação tão significativa que levaram a um desdobramento desse trabalho, na forma de Relatórios-Síntese dos diagnósticos regionais e Relatórios Municipais.

Estes relatórios são de mais fácil divulgação e apresentam um complementaridade, uma vez que a leitura de ambos proporciona uma visão aprofundada da realidade sócio-econômica específica de cada município, conjugada à visão de sua inserção no contexto regional. Vale ressaltar que os Relatórios Municipais constituíam-se, inicialmente, em instrumento-meio para a sistematização de informações e análise de âmbito municipal com vistas à elaboração do diagnóstico regional. No entanto, a demanda por esses relatórios torna necessária a sua elaboração final e edição.

Sem sombra de dúvida, a aceitação desses diagnósticos tem a ver com a necessidade de conhecimento da realidade sobre a qual vai se intervir, destacando-se o caráter da metodologia adotada que, enfocando a produção e as formas específicas de organização econômica e social dos diversos tipos de unidades produtivas, propicia uma visão mais próxima e global dos problemas de cada localidade e de cada agente social da produção.

Embora o único plano até agora elaborado, neste convênio, tenha resultado em fracasso, a equipe de trabalho do PDRI tem atuado de forma importante ao nível do planejamento, no seu trabalho cotidiano. Tal prática vem se dando através da assessoria prestada a alguns órgãos do Governo Estadual, principalmente à Coordenadoria de Planejamento (COPLAN), Secretaria de Interior e Transporte (SEIT) e Secretaria de Agricultura (SEAG), onde se destaca o intercâmbio com a EMATER e o ICEPA, Empresas vinculadas à SEAG. A frequente solicitação de intercâmbio com a equipe do PDRI, está relacionada ao conhecimento da realidade estadual obtido a partir da tarefa de pesquisa sócio-econômica, para o que muito contribuiu a metodologia e o enfoque adotados.

Vale ressaltar que esses contatos não visam apenas a formulação e implementação de políticas estaduais, mas também a implementação de programas federais no Espírito Santo, não só através dos órgãos já mencionados, como também de entidades federais, onde se destaca a consulta de agentes do Banco Nacional de Habitação (BNH) com vistas à aplicação de recursos para Habitação Rural.

Acredita-se que, de alguma forma, os PDRI's possam se constituir no embrião de um planejamento mais dinâmico, onde o trabalho de estudo e pesquisa não esteja descolado da intervenção e o planejamento seja encarado como um processo em que todas as fases, do diagnóstico à execução das políticas, sejam incorporadas num único movimento, integrado e contínuo.

Atualmente, observa-se que ao mesmo tempo em que o setor público estadual carece de uma estrutura que possa integrar o planejamento setorial, as próprias secretarias do Governo do Estado se debatem contra os problemas advindos da inexistência de uma boa estrutura interna voltada para a elaboração e consecução de seus objetivos específicos.

Com isto, abre-se um novo espaço para a atuação de uma equipe que conjugue o trabalho de pesquisa ao de elaboração da intervenção. Esse espaço surge, não só a partir da ação setorial, como também das ações conjuntas de diversas secretarias e outros órgãos do Governo Estadual e Federal.

Nesse sentido, uma maior integração e coordenação da intervenção governamental deve passar pela indicação de caminhos e não por sua imposição que torna-se inviável com a relativa autonomia dos diferentes órgãos. Esse planejamento deve ser meramente indicativo, onde, com a participação das diversas entidades representativas da esfera governamental e da sociedade civil, traçam-se as linhas gerais de ação a serem seguidas pelos diferentes setores do Estado em seu trabalho cotidiano.

Dessa forma, a experiência do PDRI's poderia se transformar no embrião de um grupo de trabalho que sistematizasse e ajustasse, permanentemente, do acordo com o processo mencionado no parágrafo anterior, essas linhas de ação, voltando-se mais para esse trabalho de integração e limitando-

se à esfera das alternativas de política, em detrimento da elaboração da execução, propriamente dita.

## 2.

## PROPOSTAS DE TRABALHO

A proposta de trabalho a ser explicitada, na realidade constitui-se em uma única proposta que pode ser subdividida em duas, para efeito da captação dos recursos. Antes da colocação dessas propostas, torna-se de fundamental importância reportar-se ao Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Financeira celebrado entre o GERES e o IJSN, com a intervenção do BANDES, para a elaboração dos PDRI's.

Naquele Termo Aditivo, o IJSN se comprometia a elaborar, além dos documentos já relacionados no convênio original, os Diagnósticos de mais 2 (duas) Regiões-Programas e um Plano Operativo para as Regiões-Programas de Linhares, Colatina e Nova Venécia, além de um escopo do Diagnóstico da Região de Vitória.

Tendo em vista que os recursos oriundos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), no montante de Cr\$ 20.000.000,00, não foram liberados, e levando em consideração a provável ineficácia do Plano Operativo das 3 (três) Regiões-Programas mencionadas, propõe-se que esse Plano Operativo seja substituído por 38 Relatórios Municipais, referentes às 4 (quatro) Regiões já trabalhadas, concluindo o convênio em vigência. Por outro lado, como a liberação desses Relatórios depende de alguns poucos acertos finais, necessitasse de, no máximo, 1 mês para sua entrega, período que poderia ser incluído no cronograma da proposta para elaboração do Diagnóstico da Região-Programa I, uma vez que se coloca uma possível simultaneidade de tarefas nesse cronograma.

Dito isto, passa-se agora à explicitação das propostas específicas de elaboração do Relatório Preliminar (Diagnóstico) da Região-Programa I (Vitória) e do Plano Estadual de Desenvolvimento Integrado.

## 2.1. REGIÃO-PROGRAMA I (VITÓRIA)

Inicialmente, cabe lembrar que esta Região é a última a ser trabalhada isoladamente nesta série dos PDRI's. Tal fato não constitui-se em obra do acaso, mas tem a ver com a existência de um importante fator complicador em sua análise, o qual consiste da inserção do urbano metropolitano da Grande Vitória, núcleo polarizador estadual, na área de sua abrangência.

Com isto, esta Região requisitará um tratamento analítico permeado pelos pressupostos metodológicos já expostos nos outros Termos de Referência, mas ao mesmo tempo diferenciado pelas características e diversidades do seu perfil produtivo, e conseqüentemente dos desdobramentos daí advindos. Vale lembrar, também, que por conter o núcleo polarizador estadual, e levando-se em conta o conjunto dos trabalhos que já foram desenvolvidos para os demais subespaços, a Região-Programa I propicia os passos iniciais para a apreensão da dinâmica que perpassa as articulações endógenas e exógenas das Regiões estudadas.

Dessa forma, a estratégia adotada consiste em trabalhar o meio rural da Região, segundo a mesma metodologia aplicada aos outros diagnósticos, dando um tratamento ao urbano da Grande Vitória que se restringiria aos aspectos relevantes de sua articulação com o meio rural da Região I, de outras Regiões do Estado e até mesmo de áreas externas aos seus limites.

Esses *aspectos relevantes* seriam apenas apontados e trabalhados sem maior detalhamento, podendo incluir uma série de questões, tais como: o abastecimento alimentar de Vitória e a constituição do mercado para esta produção; o comércio, a exportação e o beneficiamento de produtos agropecuários em Vitória; a indústria, os grandes projetos e seus reflexos no meio rural, principalmente no que diz respeito às características de seu mercado de trabalho e ao fluxo rural-urbano de mão-de-obra; a especulação imobiliária, principalmente na Grande Vitória, e a transformação de terra rural em terra urbana, etc...

Tendo em vista a experiência acumulada nos diagnósticos passados, o cronograma atual deverá seguir as mesmas fases de elaboração anteriores, ressaltando-se, no entanto, a inclusão da tarefa de levantamento das possíveis articulações entre a Grande Vitória e a área rural da Região I, e outras Regiões, onde se inclui um trabalho analítico acerca dos tais aspectos relevantes. Esta última tarefa deverá durar cerca de 2 meses e meio, caracterizando-se, enquanto um trabalho de agregação de informações e análises, uma vez que já existe muito material coletado e sistematizado pelos projetos da área de estudos urbanos do IJSN.

O cronograma do PDRI da Região-Programa I deverá se estender por 9 (nove) meses, dividindo-se em 7 (sete) etapas, onde se acresce a etapa referente à elaboração e edição final dos Relatórios Municipais das Regiões-Programas II, III, IV e V. De acordo com o cronograma físico, exposto na página seguinte, deverá se efetivar a entrega de 3 (três) produtos nesse período, quais sejam: 38 Relatórios Municipais das Regiões-Programas II, III, IV e V em fins de novembro/83, 9 Relatórios Municipais da Região-Programa I em meados de abril/84 e 1 Relatório Preliminar (Diagnóstico) da Região I no final de julho/84.

O custo total referente à elaboração desse PDRI, remonta aos ..... Cr\$ 97.161.100,00. Propõe-se que o GERES participe com ..... Cr\$ 32.387.000,00, referentes a 33,3% dos recursos necessários à sua realização, entrando o Governo do Estado com a contrapartida de Cr\$ 64.774.000,00, o que perfaz 66,7% daquele total. Os desembolsos seriam efetuados quando da entrega dos 3 produtos anteriormente mencionados, em parcelas correspondentes a 30,30 e 40%, respectivamente, do total estimulado.

Os Quadros a seguir, apresentam os usos necessários à realização do PDRI da Região I e sua discriminação, as fontes e o cronograma de desembolso e a equipe técnica necessária ao desenrolar do trabalho.

CRONOGRAMA FÍSICO PARA REALIZAÇÃO DO PDRI DA REGIÃO-PROGRAMA I

DISCRIMINAÇÃO	ANO	1983		1984						
	MÊS	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1. Elaboração final e edição dos Relatórios Municipais.										
2. Coleta e sistematização de informações secundárias.										
3. Levantamento das possíveis articulações entre a Grande Vitória e a área rural da Região-Programa I										
4. Preparação da viagem e viagem-pesquisa.										
5. Sistematização das informações de viagem e elaboração de Relatórios Municipais e sua edição.										
6. Discussão e elaboração final do Relatório Preliminar da Região-Programa I.										
7. Edição do Relatório Preliminar.										

Entrega dos 38 Relatórios Municipais das Regiões-Programa II, III, IV, V

Entrega dos Relatórios Municipais da Região-Programa I.

Entrega do diagnóstico da Região-Programa II.

## QUADRO 2.1.1

## USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PDRI DA REGIÃO-PROGRAMA I

(Cr\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	NOV/DEZ 1983	JAN/JUN 1984	JULHO 1984	TOTAL
PESSOAL <sup>1</sup>	<u>14.338,9</u>	<u>64.701,8</u>	<u>14.217,4</u>	<u>93.258,1</u>
- CLT	13.306,7	60.423,0	13.192,4	86.922,1
- Estagiários	832,2	3.778,8	825,0	5.436,0
- Despesas variáveis com pessoal (diárias de consultores e técnicos)	200,0	500,0	200,0	900,0
MATERIAL DE CONSUMO	<u>34,7</u>	<u>183,1</u>	<u>17,4</u>	<u>235,2</u>
- Artigos de expediente	34,7	104,2	17,4	156,3
- Combustível	-	78,9	-	78,9
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	<u>873,0</u>	<u>2.271,3</u>	<u>523,5</u>	<u>3.667,8</u>
- Passagens aéreas	173,9	173,9	173,9	521,7
- Xerox	339,1	1.017,4	169,6	1.526,1
- Cópias Heliográficas	360,0	1.080,0	180,0	1.620,0
TOTAL	<u>15.246,6</u>	<u>67.156,2</u>	<u>14.758,3</u>	<u>97.161,1</u>

<sup>1</sup>Para o cálculo dos dados referentes a pessoal (CLT e estagiários) foi considerado um reajuste salarial em janeiro de 1984 e outro em julho de 1984. No primeiro caso usou-se o INPC estimado para dezembro de 1983 (51,36%) e no segundo caso foi feita uma estimativa considerando uma inflação para o ano de 1984 em 120% e um INPC de 96%; neste caso o índice de reajuste salarial nos seis meses (janeiro/junho de 1984) foi de 31%, levando-se em conta o percentual de 80% sobre o INPC estimado para 1984.



QUADRO 2.1.2

FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PDRI DA REGIÃO-PROGRAMA I

(Cr\$ 1.000,00)

FONTES	NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS MU NICIPAIS DAS REGIÕES-PROGRA MA II, III, IV E V (NOV/83)	NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS MU NICIPAIS DA REGIÃO - PROGRA MA I (ABR/84)	NA ENTREGA DO DIAGNÓSTICO DA REGIÃO-PRO GRAMA I (JUL/84)	TOTAL	%
GERES	9.716,1	9.716,1	12.954,8	32.387,0	33,3
Governo do Estado do Espírito Santo	19.432,2	19.432,2	25.909,6	64.774,0	66,7
TOTAL	29.148,3	29.148,3	38.864,4	97.161,0	100,0

## EQUIPE TÉCNICA

ESPECIFICAÇÃO	NÚMEROS
. Economistas	3
. Engenheiro-Urbanista	2
. Sociólogo	1
. Antropólogo	1
. Economista com especialização em desenvolvimento agrícola	2
. Técnico em especialização em saúde e educação	1
. Geógrafo	1
. Historiador	1
. Auxiliar Técnico com formação em economia regional	2
. Desenhistas	2
. Estagiários	6
TOTAL	22

## 2.2. PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (P.E.D.I.)

O Plano Estadual de Desenvolvimento Integrado constitui-se no trabalho de encerramento desta série de PDRI's. Terminada a fase dos diagnósticos das 5 (cinco) Regiões-Programas do Espírito Santo, constata-se que a atual regionalização político-administrativa do Estado obscurece a real conformação econômica do espaço capixaba, ofuscando, conseqüentemente, o caráter das relações existentes em cada um de seus subespaços econômicos específicos, e as relações inter-regionais, ou seja, a divisão de trabalho inter e intra-regional.

De posse das indicações primeiras apontadas para cada Região-Programa, pode-se caminhar em direção a uma visão globalizante da estrutura produtiva do Estado do Espírito Santo, destacando-se a conformação de seus subespaços homogêneos.

Desse modo, a formulação do P.E.D.I tem início com a elaboração de uma proposta de regionalização econômica estadual, que em seu bojo traz uma sistematização das características e principais questões envolvidas em cada Região, assim como de suas articulações.

A elaboração do P.E.D.I, propriamente dito, constitui-se na etapa final dos PDRI's. Nesta fase do trabalho pretende-se esboçar as linhas de ação prioritárias para cada região econômica específica, sem descer, no entanto, ao nível de detalhamento dos projetos. A elaboração do P.E.D.I. logo após o encerramento dos diagnósticos regionais, é de fundamental importância para a efetivação e consolidação de um processo contínuo, dinâmico e integrado de planejamento, uma vez que aqueles diagnósticos têm um caráter estático, apresentando um limite temporal relativamente estreito quanto à sua utilização. O P.E.D.I. deverá mostrar a necessidade de uma reavaliação contínua e periódica dos diagnósticos, tarefa que pode ser realizada pelos próprios órgãos envolvidos na execução da intervenção, tais como: EMATER, Prefeituras, Bancos Oficiais, etc.

Mas o estabelecimento das linhas gerais de ação para cada uma das regiões econômicas, deve passar por um processo de legitimação que leve à sua efetiva aplicabilidade. Nesse sentido, acredita-se que estas devem ser gestadas a partir de uma discussão ampla que conte com a participação de órgãos governamentais e entidades representativas da sociedade civil. Essa discussão poderá ser travada em um seminário que agregue as diferentes entidades, cujo resultado será sistematizado e encaminhado na forma do P.E.D.I.

Portanto, de acordo com o cronograma físico do P.E.D.I, serão entregues 2 (dois) produtos durante um período de 6 (seis) meses, quais sejam:

- Relatório Parcial contendo uma proposta de regionalização econômica estadual, o perfil produtivo do Estado e de suas regiões econômicas, em fins de novembro de 1984;
- Plano Estadual de Desenvolvimento Integrado, no final de janeiro de 1985.

O custo total do trabalho de elaboração do P.E.D.I. remonta aos ..... Cr\$ 86.306.000,00. Propõe-se que o GERES viabilize a obtenção de 33,3% desses recursos, num montante de Cr\$ 28.769.000,00 para uma contrapartida de Cr\$ 57.537.000,00 do Governo do Estado, correspondentes a 66,7% daquele total. O cronograma de desembolso prevê a liberação de 60% dos recursos quando da entrega do Relatório Parcial (novembro/84) e 40% na entrega do P.E.D.I. (janeiro/85).

Os Quadros 2.2.1 e 2.2.2. apresentam os usos necessários à realização do P.E.D.I. e seu cronograma de desembolso, enquanto o Quadro 2.2.3. de mostra, de forma agregada, os usos necessários à realização das duas propostas: PDRI da Região-Programa I e P.E.D.I.

CRONOGRAMA FÍSICO - P.E.D.I.

DISCRIMINAÇÃO	ANO MÊS	1984					1985	
		AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	
1. Discussão conjunta de todos os Relatórios Preliminares já apresentados.								
2. Discussão de uma Regionalização Econômica Estadual.			—					
3. Identificação das principais questões envolvidas em cada Região Econômica e das Relações entre elas.			—	—				
4. Elaboração do documento com a proposta de Regionalização, contendo o perfil produtivo do Estado e de cada Região Econômica, além das relações entre elas.				—	—			
5. Preparação e realização de Seminário.						—		
6. Elaboração e edição do Plano Estadual de Desenvolvimento Integrado.							—	
				Entrega de um Relatório parcial contendo a Regionalização Econômica				Entrega de Plano Estadual de Desenvolvimento Integrado.

## QUADRO 2.2.1.

## USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO P.E.D.I.

(Cr\$ 1.000,00).

DISCRIMINAÇÃO	AGOSTO - 1984/JANEIRO - 1985
<u>PESSOAL</u>	<u>94.104,4</u>
. CLT	79.154,2
. Estagiários	4.950,2
. Despesas Variáveis com pessoal (Diárias de Consultores e Técnicos).	-
<u>MATERIAL DE CONSUMO</u>	<u>104,2</u>
. Artigos de Expediente	104,2
. Combustível	-
<u>OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS</u>	<u>2.097,4</u>
. Passagens Aéreas	-
. Xerox	1.017,4
. Cópias Heliográficas	1.080,0
<u>TOTAL</u>	<u>86.306,0</u>

QUADRO 2.2.2.

FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PEDI

(Cr\$ 1.000,00)

FONTES	NA ENTREGA DE UM RELATÓRIO PARCIAL CONTENDO A REGIONALIZAÇÃO ECONÔMICA (NOV./84).	NA ENTREGA DO PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. (JAN./85).	TOTAL	%
GERES	17.261,4	11.507,6	28.769,0	33,3
Governo do Estado do Espírito Santo	34.522,2	23.014,8	57.537,0	66,7
TOTAL	51.783,6	34.522,4	86.306,0	100,0

## QUADRO 2.2.3.

USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PDRI DA REGIÃO DE VITÓRIA E PARA 0  
 PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

(Cr\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	PDRI DA REGIÃO DE VITÓRIA NOV. -1983/ JULHO-1984	PEDI AGOSTO-1984 JAN. -1985	TOTAL
<u>PESSOAL</u>	<u>93.258,1</u>	<u>84.104,4</u>	<u>177.362,5</u>
. CLT	86.922,1	79.154,2	166.076,3
. Estagiários	5.436,0	4.950,2	10.386,2
. Despesas Variáveis com Pessoal (Diárias de Consultares e Téc nicos)	900,0	-	900,0
<u>MATERIAL DE CONSUMO</u>	<u>253,2</u>	<u>104,2</u>	<u>339,4</u>
. Artigos de Expediente	156,3	104,2	260,5
. Combustível	78,9	-	78,9
<u>OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS</u>	<u>3.667,8</u>	<u>2.097,4</u>	<u>5.765,2</u>
. Passagens Aéreas	521,7	-	521,7
. Xerox	1.526,1	1.017,4	2.543,5
. Cópias Heliográficas	1.620,0	1.080,0	2.700,0
<u>TOTAL</u>	<u>97.161,1</u>	<u>86.306,0</u>	<u>183.467,1</u>



